



INFOQUADROS

JULHO

N.º 07/2009



CRUZEIRO DO DOURO

DIA 26 DE SETEMBRO - PAG. 12

A ADMINISTRAÇÃO À DERIVA

O DESMANTELAMENTO DA INFORMÁTICA - PAG. 2

PARA ONDE VAI O NOSSO DINHEIRO

FUNDAÇÃO "FANTASMA" - PAG.3

A ADMINISTRAÇÃO À DERIVA O DESMANTELAMENTO DA INFORMÁTICA

A descapitalização dos diversos serviços de informática da Administração Pública tem sido a regra.

A carreira do pessoal não é atractiva e, por outro lado, o congelamento das admissões tem produzido os seus resultados.

Como funcionam então os Serviços?

Os Serviços funcionam com base em aquisições directas, sem qualquer controlo.

E em diversas áreas os Serviços estão já nas mãos de algumas empresas.

A confusão (desvergonha, no dizer de alguns) é tal que por vezes se assiste à nomeação como dirigentes dos Serviços de trabalhadores das empresas às quais foram feitas as aquisições: fica tudo em família!

Assistimos perplexos à existência em alguns Serviços de mais trabalhadores das ditas empresas do que de trabalhadores da Administração Pública.

E a fúria privatizadora é tal que, mesmo quando há trabalhadores capazes e disponíveis... os tais dirigentes preferem fazer uma aquisição directa. Vá-se lá saber porquê!...

E assiste-se então à inominável situação em que os trabalhadores da Administração Pública são encarregues da explicitação aos da empresa contratada do que está em causa, do que deve ser ponderado, das conexões a ter em conta e dos outputs pretendidos e, depois, tudo isto... é pago à empresa!

Se tudo isto se passa nos grandes Serviços utilizadores da informática – atente-se em que até se chamam Institutos de Informática – se o caminho percorrido é no sentido da sua incapacitação generalizada para os fins para que foram criados,

Se o Estado se está a tornar incapaz de fazer o que cabe no seu núcleo fundamental de atribuições, entregando a vida dos cidadãos às empresas que cada Governo escolher,

Então não nos podemos admirar de ler que os cadernos eleitorais estão bem entregues a empresa escolhida por ajuste directo e a base de dados bem alojada no... Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (!)

Tudo isto enquanto o Senhor Governo coça a barriga satisfeito porque, independentemente dos gastos astronómicos com estas despesas sem controlo, tem poupado uns milhares de euros com a não admissão de informáticos.

E, no que toca o efectivo controlo das bases de dados, estamos conversados.

É o que se chama uma “Administração Pública à Deriva”.



COMO VAI A SAÚDE?

Ninguém desconhece que se espera tempo demais por uma consulta.

Tal como ninguém desconhece que se espera um ano e mais por uma intervenção cirúrgica.

Todos sabemos que em consequência disto morrem pessoas por falta do adequado e tempestivo tratamento.

O que é inaceitável.

É para isto que pretendemos remédios, é para estes problemas que pretendemos soluções.

Soluções que não vemos dado que as situações persistem.

Que dizer então da incapacidade de se fazer hoje aquilo para que temos todos os meios como seja a reestruturação da carreira dos técnicos superiores de saúde?

Uma reestruturação que aponte para mais qualidade e não para o abaixamento das exigências.

Não compreendemos os caminhos deste Ministério da Saúde!

Quer contratar os médicos que se aposentaram e, até, os que tiveram uma aposentação antecipada!

Contrata empresas de eventos – caso do Hospital de São João no Porto – para comemorar os 50 anos do hospital (450 mil euros)!

PARA ONDE VAI O NOSSO DINHEIRO FUNDAÇÃO "FANTASMA" FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MÓVEIS

As operadoras que venceram o concurso para licenças da 3ª geração móvel, em 2000, contribuíram com 25 milhões de euros.

O Estado injectou na Fundação 36,5 milhões de euros.

Trata-se, portanto, de uma entidade constituída pelo Governo em Setembro de 2008.

É através desta fundação que o Estado paga às operadoras móveis a diferença entre o custo do computador e o valor da venda aos beneficiários dos programas:

- A operadora paga ao fornecedor 800 € pelo portátil e vende-o por 150€, condicionada à subscrição da banda larga;
- A diferença – 650€ é suportada pelo Estado que, entretanto, recebe uma comissão de 5€ do valor da assinatura da internet.

Segundo o Público, de 26 de Junho de 2009, de onde foi retirada esta informação, o MOPTC ainda não tem elementos sobre os montantes pagos ou a pagar.

Só a Sonae como dona da Optimus, terá referido que do primeiro trimestre tem a receber 20 milhões de euros!

Preside à Fundação Mário Franco, que já coordenava o fundo para a Sociedade da Informação (FSI). E os vogais são dois membros do gabinete do ministro da tutela.

Contactada a Fundação... O número do telefone era do gabinete do Secretario do Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações.

Assim vai a Administração Pública!



PARA ONDE VAI O DINHEIRO? DESVIOS NAS OBRAS PÚBLICAS

Segundo o DN de 2009-06-12, o Tribunal de Contas analisou cinco dos maiores empreendimentos de obras públicas realizados no País entre 1999 e 2008 e veio dizer que:

- Falta rigor no planeamento de cinco dos maiores empreendimentos;
- Há revisões sucessivas de prazos e, conseqüentemente, aumento de custos!

Os atrasos, que vão de 1,4 a 4,6 anos encareceram as obras entre 25% e 295%!

Os investimentos não são precedidos de estudos de custo – benefício nem de avaliações prévias sucessivas dos prazos e dos correspondentes custos.

É também frequente o recurso ao ajuste directo em nome do interesse público e da celeridade, sendo precisamente nesses casos que se verificam os maiores desvios.

Em conclusão: Não são devidamente acautelados os interesses do Estado, que são os nossos!

O COMPLICÓMETRO

Os portugueses devem ser o povo da Europa com maior índice de complicómetros instalados na população adulta.

O complicómetro é uma figura empírica do senso comum impossível de identificar do ponto de vista científico ou clínico que se manifesta nos mais pequenos gestos do dia a dia, atacando homens e mulheres.

O complicómetro é um dispositivo mental que actua de forma aleatória e cuja principal função é tornar a vida sempre mais difícil, na medida em que existe sempre na vida de cada ser humano um qualquer quadro disfuncional que serve para disparar o complicómetro.

Um dos mecanismos mentais que dispara a actividade do complicómetro é o da culpa. Seja como for, quem tem complicómetro vive menos feliz, diverte-se menos, sonha menos e anda menos para a frente na sua vida porque tem medo ou culpa ou ambos atravessados no caminho.



EM TEMPO DE CRISE

Despesa do Estado com a aquisição de serviços aumenta 7,6% até Fevereiro de 2009.

Num período de forte contenção orçamental, a despesa com a aquisição de serviços por parte do Estado continuou a registar um elevado crescimento no início do ano. No conjunto dos 2 primeiros meses deste ano, esta despesa ultrapassou os 79 milhões de euros (mais 5,6 milhões do que no mesmo período

de 2008). Esta tendência foi particularmente acentuada nos Ministérios da Defesa associada, em parte, à Lei de Programação Militar (quase mais 11 milhões); Administração Interna e Educação, os quais registaram variações extremamente elevadas, situando-se acima dos 69% nestes 3 Ministérios.

Despesa do Estado com a Aquisição de Serviços

<i>(ordenado por ordem decrescente até Fev de 2009)</i>	Até Fev 2009	Até Fev 2008	variação	
Aquisição Serviços	milhões €		milhões €	%
Defesa Nacional	23,0	12,2	10,8	88,5%
Administ. Interna	14,5	7,8	6,7	85,9%
Justiça	12,7	14,3	-1,6	-11,2%
Finanças e da Administração Pública	11,6	13,9	-2,3	-16,5%
Negócios Estrangeiros	5,8	5,2	0,6	11,5%
Educação	2,2	1,3	0,9	69,2%
Agricultura, Desenv. Rural e Pescas	2,0	2,5	-0,5	-20,0%
Presidência do CM	1,4	1,8	-0,4	-22,2%
Saúde	1,2	3,7	-2,5	-67,6%
Cultura	1,1	7,3	-6,2	-84,9%
Economia e Inovação	1,1	1,0	0,1	10,0%
Trabalho e Solidariedade	0,9	1,0	-0,1	-10,0%
Ambiente, Orden. Territ. e Desenv. Reg.	0,8	0,6	0,2	33,3%
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	0,4	0,4	0,0	0,0%
Encargos Gerais do Estado	0,3	0,2	0,1	50,0%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0,3	0,3	0,0	0,0%
TOTAL	79,2	73,6	5,6	7,6%

Despesa com o Pessoal do Serviço Nacional de Saúde (SNS) diminuiu 44% até Fevereiro de 2009 mas a aquisição de bens e serviços aumentou 23,5%.

No conjunto dos dois primeiros meses de 2009, a despesa com o pessoal do SNS atingiu 128 milhões de euros, menos 100 milhões do que no período homólogo de 2008; enquanto a aquisição de bens e serviços foi de 900 milhões de euros, representando um acréscimo de 171 milhões face ao conjunto dos

dois primeiros meses de 2008. Esta evolução deve reflectir a continuação do processo da empresarialização dos hospitais e vem relançar a ideia se esta nova forma de gestão dos Hospitais Públicos será a mais eficiente para os cidadãos e para o Estado.



Despesa do Estado com remunerações cai 1,1% até Fevereiro de 2009 para o qual contribuiu sobretudo a quebra no Ministério da Educação.

A despesa do Estado com salários reduziu-se em 13 milhões de euros no conjunto dos dois primeiros meses de 2009 face ao mesmo período de 2008. Para esta evolução contribuiu sobretudo a quebra da despesa com salários nos Ministérios da Educação e

da Administração Interna num montante de quase 21 milhões de euros. Apenas 5 Ministérios (Obras Públicas; Saúde; Presidência do CM; Ambiente e Cultura) apresentaram um aumento da despesa acima da tabela salarial (2,9%).

Despesa do Estado com Remunerações certas e permanentes

<i>(ordenado por ordem decrescente até Fev de 2009)</i>	Até Fev 2009	Até Fev 2008	variação	
Remunerações Certas e Permanentes	milhões €		milhões €	%
Educação	670,3	690,1	-19,8	-2,9%
Administ. Interna	150,8	151,7	-0,9	-0,6%
Justiça	123,7	120,5	3,2	2,7%
Defesa Nacional	112,9	111,7	1,2	1,1%
Finanças e da Administração Pública	57,3	56,5	0,8	1,4%
Agricultura, Desenv. Rural e Pescas	19,0	19,2	-0,2	-1,0%
Negócios Estrangeiros	15,6	15,2	0,4	2,6%
Saúde	7,5	6,8	0,7	10,3%
Presidência do CM	7,0	6,7	0,3	4,5%
Trabalho e Solidariedade	6,6	6,6	0,0	0,0%
Economia e Inovação	6,3	6,3	0,0	0,0%
Cultura	6,3	6,1	0,2	3,3%
Encargos Gerais do Estado	5,5	5,4	0,1	1,9%
Ambiente, Orden. Territ. e Desenv. Reg.	4,6	4,4	0,2	4,5%
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	1,8	1,4	0,4	28,6%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1,2	1,2	0,0	0,0%
TOTAL	1196,3	1209,7	-13,4	-1,1%

A quebra significativa dos encargos salariais no Ministério da Educação necessita de uma justificação, a qual não se encontra no Boletim da DGO. Dado que este Ministério é aquele que possui uma maior despesa na rubrica dos contratos a termo – 126,5 milhões de euros – montante previsto para

2009, será que não houve renovação dos contratos a termo? Esta evolução conduziu à situação da despesa do Estado com salários ter diminuído para 17,3% do Total da despesa até Fevereiro de 2009 (18,1% em 2008), o valor mais baixo desde 2003.



A EUROPA NO SEU MELHOR LINGUAGEM SEXISTA

Se o diabo está nos detalhes o sexismo está em todo o lado.

Pelo menos parece ser esse o entendimento do Parlamento Europeu (PE) que considera que a discriminação da mulher é um inimigo que se pode dissimular atrás de uma vírgula, disfarçar de ponto de exclamação ou contaminar a palavra mais anódina. Um inimigo a combater.

Vai daí a instituição deu um passo nessa guerra e distribuiu recentemente por todos os funcionários uma brochura com um conjunto de orientações específicas para cada uma das 23 línguas oficiais da União sobre linguagem neutra do ponto de vista do género, vulgo linguagem sexista.

No caso da língua portuguesa uma das recomendações que surge a reboque desta cruzada anti-sexismo é o abandono de fórmulas que aparentemente, seriam apenas do domínio da cortesia e boa educação como é o caso do senhor e senhora. A partir de agora o seu uso é de evitar, devendo as pessoas passar a ser designadas pelo nome próprio e apelido (s) eventualmente precedidos ou seguidos do respectivo cargo. A sugestão é acompanhada de um exemplo. Deve escrever-se Aníbal Cavaco Silva Presidente da República Portuguesa e não Sr. Cavaco Silva. Um dos grandes pecados identificados no texto introdutório da brochura é a utilização genérica ou neutralizadora do género masculino (os médicos, os advogados, os trabalhadores) por ser percebida como discriminatória.

A CRISE NO MUNDO

Para dar alento à recuperação económica a FED (reserva americana) desceu a taxa de juro e o movimento de corte das taxas parece não ter fim. A China e a Noruega acordaram com o dinheiro mais barato.

Também os europeus chegaram facilmente a acordo sobre um conjunto de medidas consideradas, globalmente, mais importante e decisivas do que as assumidas pela administração americana, a saber:

- reformular o fundo Monetário Internacional e as regras de funcionamento das finanças internacionais reforçando o papel vigilante do FMI;*
- criar uma célula de crise que funcione como sistema de alerta para minimizar os riscos de instabilidade económica e financeira.*

-regulação dos vencimentos dos gestores, com o desempenho real dos dirigentes a repercutir-se na sua remuneração.

-criação de 30 colégios de supervisores para vigiar e controlar as entidades financeiras com activos transfronteiriços. Simultaneamente deverão ser impostos padrões rígidos de supervisão e regulação a aplicar a todos os países.

A implosão dos mais célebres bancos de investimento da América, o desaparecimento de mais de 1 bilião de dólares em sector de mercado num só dia e um ónus de 700 mil milhões para os contribuintes americanos dão a dimensão do colapso da Wall Street, encargos que os contribuintes vão ter de pagar para evitar que a economia possa também implodir e atenuar os danos que a ruptura financeira está a causar à marca “América”.

Duas ideias fundamentalmente americanas dominavam o pensamento desde o início dos anos 80, quando Ronald Reagan foi presidente. A primeira foi uma certa visão do capitalismo a defender que menos impostos, pouca regulação e um governo retraído seriam o motor do crescimento económico.

O reaganismo inverteu uma tendência para um governo cada vez maior e a desregulação entrou na ordem do dia, não apenas nos EUA mas em todo o mundo;

A segunda grande ideia, foi a América como promotor da democracia liberal em todo o mundo pelo facto de a maioria das pessoas achar atractiva a forma americana de auto governo e querer reformular as suas sociedades segundo as mesmas linhas no que foi chamado de “poder macio”. A verdade é que sob o lema de menos Governo, Washington esqueceu-se de regular adequadamente o sector financeiro e permitiu que este prejudicasse terrivelmente o resto da

A CRISE NO MUNDO

sociedade. O presidente da FED Alan Greenspan, veio já a público penitenciar-se pela filosofia que adoptara durante as duas décadas à frente da FED, admitindo ter-se enganado, sendo substancialmente dois os pecados mortais de Greenspan:

primeiro, a falta de regulação, deixando o mercado funcionar em total liberdade. Por sua vez a fraca intervenção e a regulação pouco apertada dos sistemas financeiros, permitiram a criação de produtos de investimento complexos e com muita toxicidade incluída, a mesma que acabaria por contaminar (quase) todos os sistemas financeiros mundiais;

em segundo lugar baixou tanto os juros que o crédito se tornou irresistível para os bancos e os consumidores e demorou a elevar as taxas directoras, quando o problema começou a tomar contornos preocupantes em 2004.

A crise dos mercados financeiros está aí e com ela a ameaça de colapso do sistema financeiro mundial. Está assim à vista de todos a falência do sistema de funcionamento neoliberal assente na crença de que o mercado só por si consegue autoregular-se.

A grande ironia é que agora são estes os primeiros a suplicar a intervenção reguladora do Estado como forna de suste a crise e permitir a recuperação dos sistemas interbancários.

A verdade é que, na actual situação, são solicitados esforços de cooperação e ajuda comuns, bem como a garantia do Estado no sentido de salvar o sistema financeiro.

A POBREZA EM PORTUGAL

A percepção da pobreza pela sociedade portuguesa, revela que a maioria da população tem uma compreensão pré-científica das suas causas que atribui a factores como a sorte, o fatalismo, a preguiça ou a inevitabilidade.

E a pobreza é entendida como um fenómeno residual e periférico, o que significa que os programas de combate à pobreza são, igualmente, residuais e periféricos.

Por isso, há alguns meses, muitos portugueses terão ficado surpreendidos com o facto de 35% dos pobres identificados num estado coordenado por Bento da Costa viverem dos rendimentos do seu trabalho.

A conclusão contrariou a ideia corrente que a pobreza está associada com desemprego, à precariedade. No país com o mais elevado índice de desigualdade social da Europa, garantir a quem trabalha um mínimo de dignidade é um imperativo moral.

Custa a acreditar que as empresas a operar em Portugal, mesmo as pequenas e médias não tenham potencial económico para pagar mais 24 euros por mês aos seus trabalhadores a receber o salário mínimo nacional e renovem a ameaça seja do despedimento seja da não renovação de contratos já que proliferam em demasia os contratos a termo. Na função pública o Governo quis ficar bem na fotografia com o truque do costume, ou seja, coloca significativamente em baixo o valor da inflação para dar a ideia aos trabalhadores e ao País de que os salários na Administração Pública são de molde a repor o poder de compra quando tal acontece.

No que respeita à pobreza o debate está feito e a ideia base permanentemente esquecida é a de que a criação de riqueza é uma das condições fundamentais para acabar com a pobreza. Mesmo que o rendimento em Portugal tivesse uma distribuição tão igualitária como o existente nos países escandinavos, isto é, mesmo que o nosso leque salarial fosse de 1 para 3 e não de 1 para 7, como é hoje, o PIB per capita continuava a ser metade do registado nesses países.

O que remete para um dos factores estruturais explicativos da pobreza e da fraca produtividade do trabalho, o baixo nível de educação e de qualificação profissional. A educação e o trabalho condignos e condignamente remunerados são condições de sucesso.

O nosso sistema de relações de trabalho não está concebido para atingir esse objectivo, pelo contrário durante anos sucessivos Governos empobreceram os trabalhadores da Administração Pública e o País quando o empresariado nacional seguia cegamente o modelo do patrão Estado com a consagração de aumentos salariais que não repunham sequer o poder de compra tendo como álibi o défice e a dívida pública.

Hoje, os salários têm outro factor de erosão bem diferente mas bem mais dramático o excesso de oferta de mão-de-obra face à procura que retira acção reivindicativa aos trabalhadores.





LEGISLAÇÃO - JUNHO 2009

Dia 1

DL 131/09 – Consagra o direito dos advogados ao adiamento de actos processuais em que devam intervir, em caso de maternidade, paternidade e luto.

Dia 2

P 580/09 – Alarga a várias Conservatórias a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de Associações.

Dia 3

P 596/09 – Aprova o Regulamento de aplicação da Medida nº 4.1. "Cooperação para a Inovação", integrada no subprograma nº 4 do PRODER.

Dia 4

P 598/09 – Fixa o quadro de pessoal dos Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais e do Ministério Público das Comarcas piloto do Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste.

Dia 5

P 609/09 – Aprova o modelo de registo de trabalho extraordinário e os elementos que deve conter.

DRR 8/09/A – Executa o Orçamento da RAA para 2009.

DL 136-A/09 – Altera o CIVA, dispensando de algumas obrigações declarativas os sujeitos passivos que não sejam obrigados a possuir contabilidade organizada e reduzindo o prazo das garantias exigidas para obtenção de reembolsos do imposto.

Dia 9

P 649-A/09 – Adapta à DGAEC os SIADAP 2 e 3.

Dia 12

P 650/09 – Estabelece o regime especial de comparticipação de medicamentos aos beneficiários da assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM).

DL 137-A/09 – Aprova o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, EPE e respectivos estatutos.

Dia 15

DL 138/09 – Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

DL 139/09 – Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural imaterial.

Dia 16

P 652/09 – Actualiza os montantes da tabela de remuneração base, diuturnidades e subsídio de alimentação do pessoal técnico de pilotagem.

P 653/09 – Idem, dos trabalhadores das administrações portuárias e dos titulares dos cargos de direcção e chefia.

Dia 17

DL 144/09 – Cria o Mediador do Crédito.

P 654/09 – Regulamenta os pedidos online de actos e de processos de registo civil.

Dia 18

L 26/09 – 7ª alteração ao DL 43/76, de 20 de Janeiro, estabelecendo o apoio na doença aos deficientes das Forças Armadas.

Dia 19

P 668/09 – 2ª alteração à P 1016-A/08, de 8-09, que reduz os preços máximos de venda ao público dos medicamentos genéricos.

Dia 22

DLR 15/09/M – Estabelece o regime de apoio financeiro às prestações de crédito à habitação para trabalhadores desempregados na RAM.

Dia 25

P 670/09 – 1ª alteração à P 377/08, de 26-05, que fixou os critérios e valores orientadores para efeitos de apresentação aos lesados por acidente automóvel, de proposta razoável para indemnização do dano corporal.

Dia 26

RCM 54/09 – Aprova a Estratégia Nacional de Segurança rodoviária 2008 – 2015.

DL 148-A/09 – Aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, EPE, e os respectivos estatutos, e revoga o DL 439/78, de 30-12.

Dia 29

Lei 29/09 – Aprova o regime jurídico do processo de Inventário, e altera os CC, CPC, CRP e o CRC, no cumprimento das medidas de descongestionamento dos tribunais previstas na RCM 172/07, de 6-11; e o regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, e altera o DL 594/74, de 7-11.

P 694/09 – Altera os estatutos do IPI, IP, aprovado pela P 662-J/07, de 21-05.

DL 149/09 – Cria o Estabelecimento Prisional Regional do Vale do Sousa.

Dia 30

P 696/09 – Estabelece os termos e condições da disponibilização de acessos electrónicos com valor de certidão às procurações registadas através da Internet.

DL 150/09 – Estabelece um regime de alargamento das condições de atribuição do subsídio social de desemprego.

DL 151/09 – 2ª alteração ao DL 232/05, de 29-12, que instituiu o complemento solidário para idosos; e 3ª alteração ao DR 3/06, de 6-02.

DLR 17/09/M – Cria o Serviço Regional de Protecção Civil, IP – RAM, e aprova a respectiva agência.

O FUTURO METE MEDO



.Os salários em Portugal são menos de metade dos restantes países. Em Portugal 830,00€ contra 2.170 nos Estados Unidos, 2,548 na Dinamarca, 2.684 no Luxemburgo e 2.747 na Suíça.

Por sua vez o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações suscita grandes apreensões quanto à possibilidade de uma Administração Pública imparcial ao serviço da sociedade e do cidadão. A sociedade civil não pode esquecer que os cargos dirigentes da Administração Pública são fortemente politizados, cessando os mandatos dos seus titulares com as mudanças de Governo. E, todavia, são estes dirigentes que vão decidir, em larga medida discricionariamente a vida profissional dos futuros trabalhadores da função pública. Prepararão os mapas de pessoal que significam continuidade no posto de trabalho ou despedimento, decidirão de nível de remunerações a praticar, das habilitações legais que poderão ser dispensadas, das remunerações individuais contratualizadas caso a caso, das avaliações de desempenho com todas as implicações na compensação e no futuro profissional.

A nova função pública vai viver na dependência e à sombra do poder político do momento, receosa do seu futuro. Já não serão só os cargos dirigentes que serão politizados, mas toda a estrutura do Estado.

Sem dúvidas, fica muito claro que daqui para a frente os trabalhadores da Administração Pública vão viver mais preocupados com o seu emprego, a sua sobrevivência económica e a das suas famílias do que com a missão de serviço público, isento, imparcial que lhe cabe prestar e é essencial à democracia e à sociedade..

Acresce que quanto mais o Estado necessita de bons administradores e de reforço do seu papel regulador como o atestam os fenómenos da crise recente, fica sem administradores, totalmente indefeso nas teias dos interesses privados de consultores e prestadores de serviços, sem apoio na concepção e formulação de políticas, que exige profissionais atentamente qualificados e com espírito de missão, guiados por valores e princípios de ética e imparcialidade.

Quando o Estado precisa de administradores públicos super profissionais preparados para

lidar com
concepção e

técnicas -legislativo fundadas nos sectores de serviço público mais desenvolvidas, fica refém dos trabalhos encomendados a escritórios de advogados, consultores ou peritos que hão-de vender a quem pagar melhor a concepção mais conveniente no momento.

Não deixa de angustiar que a sociedade civil se tenha deixado arrastar, aparentemente sem reacção para este abismo.

Concomitantemente o Governo preparou a alteração do código do trabalho dizendo que sua proposta é boa, correcta e equilibrada, defende os trabalhadores, a economia e abre as portas a um país melhor. Esta posição do Primeiro – Ministro não surpreende, pois já nos habituou a um estilo musculado sustentado em afirmações que nunca justifica ou fundamenta.

É certo que o Governo dispõe de uma maioria que pode aprovar qualquer alteração à legislação laboral. Mas o que o Governo não pode é tão ostensivamente considerar o diálogo social e os próprios parceiros sociais como meros instrumentos destinados a “embrulhar” as suas certezas.

A proposta é boa mas boa para quem? Para os trabalhadores que mais facilmente podem ficar sem emprego? Melhor para as famílias que podendo ver desorganizado o tempo de trabalho não conseguem compatibilizar a vida profissional e familiar, tudo em nome da flexibilidade? É boa e correcta porque é desregulamentadora e reduz as garantias dos trabalhadores, reforça os poderes patronais e realiza uma agenda ideologicamente conservadora e economicamente neoliberal? A proposta é correcta e boa porque legaliza a precariedade mandando as empresas pagar 7,5% para a segurança social quando se socorram dos chamados recibos verdes ilegais (quando estão obrigados a pagar 23,75%) já que escondem contratos de trabalho típicos que conseguem mais direitos aos trabalhadores. Assim se espera o futuro...



Opinando...

FAÇAM-SE À VIDA!

Hoje sabemos que a estabilidade do emprego de que gozava a Administração Pública, posta em causa pelo novo RCTFP, como também sabemos que o exemplo de precariedade laboral apanágio novo do patrão Estado, será seguido de perto pelo empresariado, depois da campanha menos Estado melhor Estado. Slogan que objectivamente se virou contra os trabalhadores e a própria sociedade e que segundo recente sondagem quer mais Estado.

Uma coisa é o movimento sindical fazer, realisticamente, esta leitura, coisa bem diferente é aceitar, sem luta, ser passado para trás. Aceitar a doutrinação que representa o discurso do poder político e económico nos últimos tempos que é na essência: façam-se à vida, transformem-se numa multidão de pequenos empresários de si próprios, sobretudo entre os quadros, sendo que a prestação de serviços será toda ela independente, do psicólogo ao fisioterapeuta, fragilizando a rede contínua e perene de prestação organizada de serviços.

Custa-nos e implica profunda pena a nós trabalhadores filiados na UGT que no seu Congresso de Março, esta não tenha zurzido de forma clara e consistente os passos dados no caminho do miserabilismo nacional e Europeu se pretenda que os trabalhadores, por regra, aceitem ter piores condições de trabalho, da admissão à reforma, esta com factores de substituição de apenas 54,1%, e se perca de vista como objectivo a Europa Social, para que, à pala da crise, a nossa e a dos outros, todos aceitem as condições de trabalho indianos como novo paradigma social.

Constitui nossa convicção que as dificuldades da negociação colectiva vão subir de tom na sequência da regulamentação do RCTFP e do novo empresariado que venha a preencher o vazio deixado pelo sector público em funções que não sejam de soberania.

Não é por acaso que quando a negociação colectiva se processava em patamares negociais da

concertação social para o acordo de empresa era articulada e este último apresentava vantagens substantivas face ao geral no sector pois já vemos acordos de empresa em que o empregador dificulta a negociação ao invocar resultados negativos e propõe agravamento na organização do tempo de trabalho para compensar aumentos salariais.

São negros os tempos para vivificar a negociação colectiva com o enquistamento de posições não superáveis seja por dificuldades económicas ou formais, estando a duração dos processos negociais a arrastar-se no tempo. Como alguns economistas vaticinam que a crise perdura até 2012 receamos que esta continue a ser álibi para a falta de empenho negocial.

São estes indicadores de par com a multiplicidade de formas atípicas da relação de trabalho que nos fazem reçar pelo novo campo que o recuo do Estado e o novo RCTFP potencia como sector de más políticas negociais. Nas reformas da Administração Pública, do Código do Trabalho e da Segurança Social este Governo convenceu a população em geral de que não há outra forma de o país sobreviver mesmo se o que se está a fazer não resulte e, objectivamente, se volte contra a sociedade civil em menos serviços públicos e mais despesa para o mesmo ou pior serviço; se traduza em desregulação social e retirada de direitos aos trabalhadores e às populações.

Antes de propor medidas importa que o debate se faça na sociedade entre os trabalhadores, olhos nos olhos, para que os trabalhadores públicos não sejam vilipendiados por outros trabalhadores e todos reconduzidos a condições sinoindianas, para satisfação de empresários gananciosos e um estado complacente e permissivo, a valores de precariedade, baixos salários que afectam a estabilidade social do país.

Como dizia Simone de Beauvoir: é horrível assistir à agonia de uma esperança.



PROTOCOLOS - STE

HOTEL AFONSO V

AVEIRO

Pequeno almoço Buffet - Garagem ou Parque Privativo

Quarto Económico	1 Pessoa	35,00
	2 Pessoas	49,00
Quarto Standard	1 Pessoa	39,00
	2 Pessoas	53,50
Quarto Executivo	1 Pessoa	45,00
	2 Pessoas	62,50
Suites	1 Pessoa	75,00
	2 Pessoas	99,00

Contactos: Rua Dr. Manuel das Neves, 65
38810-101 AVEIRO
Tel: 234 425 191; Fax: 234 381 111
E-mail: afonsov.reservas@hoteisafonsov.com.pt
www.hoteisafonsov.com.pt

HOTEL TRYP D.MARIA

COVILHÃ - De 20/04/2009 a 22/11/2009

Preços por Quarto/Noite Pequeno almoço Buffet

Quarto Single (duplo uso individual)	35,00
Quarto duplo	49,00
Quarto triplo	60,00
Suite (1 ou 2 paxs)	75,00
Suit Presidencial (1 ou 2 paxs)	95,00
Cama extra	15,00
Supl.Meia Pensão	12.75
Supl.Pensão Completa	25.50

Contactos: Alameda Pêro da Covilhã
6200-507 COVILHÃ
Tel: 275 310 000; Fax: 275 310 009
E-mail: tryp.dmaria@solmeliaportugal.com
www.trypdonamaria.solmelia.com

FISIOZENDE - ESPOSENDE

Medicina Física e Reabilitação

Os associados e seu agregado familiar, mediante a identificação, poderão beneficiar 10% em todos os tratamentos e/ou classes efectuados na Clínica:

- Consultas
- Terapia da Fala – 10%;
- Psicologia – 10%;
- Nutrição Clínica 10%
- Tratamentos de Podologia -10%

A Clínica passará a disponibilizar Serviço de Enfermagem (clínica e domicílio), Análises Clínicas e das seguintes especialidades:

- Psiquiatria: Dr. Mário Silva;
- Clínica-geral: Dr. Avelino Tavares;
- Cirurgia-geral: Dr. Horácio Queirós Faria.



Local e contactos:
Rua Padre Giesteira, Loja 8
4740-283- ESPOSENDE
Tel. e fax: 309 970 546
e-mail: fisiozende@gmail.com



CRUZEIRO DO DOURO - 26 de Setembro

Com os nossos associados, familiares e amigos vamos até à Régua, a bordo de um típico barco rabelo, desfrutando das magníficas paisagens do Douro Vinhateiro...

O programa inclui viagem de barco Porto/Régua com Pequeno-almoço a bordo, Porto Aperitivo e Almoço. Inclui viagem de regresso Régua/Porto de comboio.

Custo por pessoa: 50.00€ (50% pago no acto da inscrição)

Limite de inscrições: 50

Encontro: 09.00h no Cais da Ribeira do Porto (regresso 19.30/20.30h)

Inscrições: Secretariado do Porto - R. da Alegria, 248 1º Esq, tel. 222004630, fax 222004629 (a inscrição só fica efectivada com o pagamento de 50% do valor do custo)

Albertina Rocha (albertinarocha@tvtel.pt; 91 423 06 90)

Rui Afonso (ruifonso@gmail.com; 934 777 127)

Para quem necessitar de hotel e precisar de ajuda... contem connosco!!!

AVISO

Convoco uma Assembleia Geral do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) para 17 de Agosto de 2009, pelas 18.00H, para, nos termos do artigo 25º dos Estatutos, deliberar sobre a alteração destes.

Os documentos fundamentadores da alteração proposta encontram-se à disposição dos associados na sede e secretariados regionais do STE.

A Assembleia Geral funcionará na sede do STE, na Rua Braamcamp, n.º 88 – 2º Dt.º, 1269-111 LISBOA.

É permitido o voto por correspondência, nos termos do artigo 54º dos estatutos.

LISBOA, 2009-07-15

O Presidente da Mesa da
Assembleia Geral

(Joaquim Maria Fernandes Marques)



**SINDICATO DOS QUADROS
TÉCNICOS DO ESTADO**

SEDE:

R. Braamcamp, 88-2º Dtº-

1269-111 LISBOA

Telef.: 21 386 00 55

Fax: 21 386 07 85

E-Mail: ste@mail.telepac.pt

DEPARTAMENTO

DE FORMAÇÃO:

Av. Fontes Pereira de Melo, 31-2º C

1050-117 LISBOA

Telef.: 21 317 20 99

Fax: 21 317 07 02

PORTO

R. da Alegria, 248 - 1º Esq.

4000-034 PORTO

Telef.: 22 200 46 30

Fax: 22 200 46 29

E-mail: steporto@mail.telepac.pt

COIMBRA

Av. Fernão de Magalhães,

Nº 676 - 3º andar - sala 1

3000-174 COIMBRA

Telef.: 239 838 176

Fax: 239 82 51 86

E-mail: stecoimbra@iol.pt

ÉVORA

Galeria Comercial do Hotel da

Cartuxa Loja 16

7000 Évora

Tel. e Fax: 266 74 47 71

961724137/47

E-mail: ste.evora@sapo.pt

AÇORES

Rua do Rego, 24 - 1º,

9700-161 ANGRA DO HEROISMO

Telef. e Fax: 295 217 079

E-mail: steacores@post.com

MADEIRA

R. Câmara Pestana, 6

1º andar, Sala D

9050-017 FUNCHAL

Telef.: 291 226 023

Fax: 291 226 028

ALGARVE

Rua Vasco da Gama, 54, 2º Dto.

8000 FARO

E-mail: ste.algarve@gmail.com

VISEU

E-mail: ste.viseu@sapo.pt

Telem.: 961 879 731

Directora:

Maria Teresa Rosa

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 18.000 exs.